



AS CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO AO MOVIMENTO FEMINISTA

Daiana Oliveira da Silva Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: daiana.souzza2@gmail.com

Márcia Santos Lemos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: marcia.lemos@uesb.edu.br

Naila Araújo Magalhães
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: magalhaesaraujonaila@gmail.com

672

INTRODUÇÃO

A presente comunicação visa analisar as contribuições do Materialismo histórico e dialético para a luta feminista. Com este fim, é feita uma revisão da literatura que problematiza a inserção das mulheres no mercado de trabalho como pauta feminista e discute a aproximação de algumas teorias e movimentos feministas da perspectiva neoliberal e da pós-modernidade.

De acordo com Falquet (2013), uma parcela dos movimentos sociais entre os séculos XVIII e XX tinha em vista que o avanço do capitalismo traria o desenvolvimento das forças produtivas e o equilíbrio social, fazendo com que a maioria dos indivíduos tivesse acesso ao trabalho. Uma parte do feminismo considera que esse acesso ao mercado de trabalho é o principal fator para alcançar a emancipação da mulher. Entretanto, ao analisar a realidade concreta, esse acesso não colocou em situação de paridade homens e mulheres. O trabalho feminino, neste contexto, tem sido cada vez mais precarizado e intensificado por meio da jornada continuada desempenhada pelas mulheres que transitam entre os cuidados com a família e a atividade profissional.

Essa pauta da conquista do mercado de trabalho evidencia o avanço do neoliberalismo sobre o feminismo, pois se tornou central para o movimento feminista liberal. Este não discute a pluralidade de mulheres, principalmente a realidade das mulheres racializadas e generificadas da classe trabalhadora e da periferia do capitalismo. Como alternativa a essa perspectiva, têm surgido diferentes interpretações formuladas no campo da epistemologia feminista que buscam dar conta dessa

Realização:



Apoio:





complexidade, entre estas, destacamos neste trabalho a interseccionalidade, a consubstancialidade e a teoria unitária, sendo as duas últimas pensadas com base na contribuição materialista. A questão central aqui, portanto, é apontar os limites teóricos e práticos entre essas correntes de pensamento.

Tal estudo é fundamental para compreender a extensão do neoliberalismo sobre o pensamento feminista e para contribuir com a reflexão sobre a perspectiva pós-moderna, que desassocia as pautas identitárias da luta concreta da classe trabalhadora, que por sua vez é diversa, em raças, gêneros e sexualidades.

673

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica. Por meio da revisão de uma literatura específica sobre o tema deste trabalho, busca-se discutir a mulher no mundo do Capital, utilizando Fraser (2016), que faz uma análise sobre a incorporação das pautas feministas pelo neoliberalismo, e Falquet (2013), que aborda os conceitos de apropriação coletiva e apropriação individual/privada, através das contribuições de Colette Guillaumin com o conceito de sexagem. Ainda nessa primeira parte, é tecida uma crítica às teorias pós-modernas a partir de Moraes (2015), ao mesmo passo que é elaborada uma crítica a associação de todos os movimentos feministas à pauta identitária. Dando seguimento, é colocado em debate as categorias de análise sexo/gênero, raça e classe, com contribuições de Curiel (2019). Por fim, na última parte da pesquisa, é realizada uma análise sobre as epistemologias feministas da interseccionalidade, consubstancialidade e teoria unitária, a partir das perspectivas de Hirata (2014), Smith (2018), Cisne (2018), Arruzza (2015; 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sociedade do capital, a luta feminista vai ser apropriada pelo neoliberalismo, dando vivacidade a mulher “empoderada”, esta que possui cada vez mais acesso ao mercado de trabalho. Todavia, parte do que esconde o “empoderamento” condiciona as mulheres ao trabalho considerado feminino, mal pago, precarizado e desvalorizado, e o aumento da jornada de trabalho, gerando, portanto, mais-valia. Fraser (2016) aponta que é de grande relevância as feministas produzirem uma crítica contundente ao economicismo determinista, que não enxerga as relações interpessoais de opressão e

Realização:



Apoio:





injustiça. Entretanto, nesse processo, precisam ter cuidado para não se fazer uma análise de política unilateral da “identidade de gênero”, desassociando as discrepâncias sociais da economia política, uma expressão da pós-modernidade.

De acordo com a pesquisadora Falquet (2013), para entender como funciona o processo de apropriação feminina através do Estado neoliberal, é necessário nos debruçarmos sobre o conceito de “sexagem” criado por Guillaumin. Este é estabelecido entre as relações de apropriação física direta, sendo elas, individual/privada e, ou coletiva, que não se contrapõem, mas se associam. A primeira pode ser verificada no matrimônio e a segunda na prostituição ou na vida das freiras. Essa análise leva em conta as diferentes condições sociais das mulheres e incorpora uma essencial discussão que não é vislumbrada pelo feminismo liberal, mas que é central para as feministas materialistas.

Nesta perspectiva, é necessário fazer uma análise das estruturas de opressão, refletindo historicamente sobre a formação social de cada país e como foi efetuado o processo de subalternização das mulheres nos territórios colonizados, como é o caso do Brasil. Curiel (2019), faz uma importante contribuição a fim de pensarmos as categorias de raça, gênero e sexualidade, sempre associadas ao debate de classe. A autora traz à tona discussão das afro-feministas que contestam a homogeneização do conceito de mulher enquanto sujeito universal. Ao falar de sexualidade, a autora cita as feministas lésbicas, alegando que a heterossexualidade não representa um desejo individual, mas sim uma imposição social. Para justificar essa tese, a autora alega que a heteronormatividade é um instrumento de dominação e exploração das mulheres e está atrelada a monogamia dentro do processo histórico, pois serve para manter o controle sobre o corpo das mulheres, seja da classe dominante – assegurando a propriedade privada e herdeiros – seja da classe trabalhadora – garantindo a reprodução e manutenção da força de trabalho. É colocada a necessidade de pensar essas relações sociais de sexo, raça e classe em conjunto.

Para este debate, trazemos as contribuições de três teorias feministas. A primeira, a interseccionalidade, é oriunda das discussões dentro do movimento feminista negro dos Estados Unidos no século XX e busca compreender as relações sociais como sistema de opressões interligadas, colocando em evidência a relação raça e gênero para analisar a realidade da mulher negra. Contudo, esta abordagem acaba também sendo pautada por movimentos teóricos do pós-marxismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo. Helena Hirata (2014) aponta que um dos problemas da teoria



interseccional é a generalização sobre relações sociais, abarcando elementos como idade, deficiência e etnicidade.

De acordo com Cisne (2018), para analisar como as opressões funcionam no mundo do Capital, precisamos perscrutar as particularidades dentro da classe trabalhadora e compreender a complexidade dessa unidade. No sentido contrário, o identitarismo pós-moderno segmenta os grupos a partir de suas identidades étnico-raciais e de gênero, dissociando-os da sua condição nas relações sociais de produção.

Moraes ao tratar da tese de Ellen Wood, expõe as críticas contundentes da autora à pós-modernidade. Para Wood, a pós-modernidade prega ceticismo científico e derrotismo político que, atrelada a exagerada cisão da sociedade em individualidade e diversidade, torna impossível a construção de uma ideia coletiva de transformação social. Por outro lado, Ellen Wood ignora a dialética dos movimentos sociais e do processo histórico constitutivo das relações sociais, associando o feminismo ao liberalismo, ignorando que existe uma imbricação entre as opressões.

De acordo com a teoria da consubstancialidade, elaborada por Danièle Kergoat, é improdutivo pensarmos as relações sociais de sexo sem analisar de forma indissociável as relações de raça e classe, como uma forma de imbricação. Embora exista similaridade, não é igual à interseccionalidade, mesmo que ambas trabalhem com o aspecto de multiplicidade. A perspectiva consubstancial vê as relações de sexo, raça e classe como uma espécie de nó, isto é, estão associadas e não sobrepostas ou segmentadas como propõe o feminismo interseccional.

Entretanto, a consubstancialidade também apresenta limites, segundo Arruzza (2017). A autora aponta que a teoria se utiliza de sistemas separados. Dessa forma, impõe uma dificuldade para entender as opressões em sua totalidade, ou seja, associadas a dinâmica capitalista. Mesmo abarcando (raça, classe, gênero) imbricados, não explica como se dá essa interação. Assim, se apresenta enquanto uma teoria do “pensamento fragmentado”. A solução seria pensar os sistemas a partir de uma Teoria Unitária, sem separação pautada na reprodução social.

CONCLUSÕES

É perceptível que o neoliberalismo se apropria de pautas feministas para gerar mais-valor e conservar a ordem das relações sociais de produção, atribuindo uma falsa ideia de emancipação por meio do trabalho. Contudo, há uma epistemologia feminista



que contribui para pensar o ser mulher e desnaturalizar as relações estruturais e socialmente construídas a partir do gênero, da sexualidade, da raça e da classe. As feministas negras e materialistas colocam a necessidade de pensar as mulheres enquanto sujeitas sociais ativas na sua complexidade e constitutiva da classe trabalhadora racializada e generificada. Diferente da análise de que o movimento feminista é identitário e pós-moderno, foi demonstrado que este pode ser um importante instrumento dentro da luta pela emancipação humana quando construído a partir de uma perspectiva anticapitalista e classista, conforme apontam as materialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia Feminista. Materialismo. Classes. Raça. Gênero.

REFERÊNCIA

ARUZZA, C. **Considerações sobre o gênero:** reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Tradução: Camila Massaro de Goés. In: Revista Outubro, nº23, 2015. p. 33-58.

_____. **Funcionalista, determinista e reducionista:** o feminismo da reprodução social e seus críticos. Tradução: Murillo van der Laan. In: Cadernos Cemarx, nº10, 2017, p. 41-60.

CISNE, M. **Feminismo e Marxismo.** Apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CURIEL, O. **Gênero, Raça, sexualidades:** debates contemporâneos. In: BAPTISTA, Maria Manuel. Gênero e Performance. Vol. 1. Gracio Editor, 2019, p. 215-238.

FALQUET, J. **O capitalismo financeiro não liberta as mulheres:** análises feministas materialistas e imbricacionistas. In: Crítica Marxista, nº 36. São Paulo: Editora da UNESP, 2013, p. 9-26.

FRASER, N. **Como o feminismo se tornou subalterno ao capitalismo – e como reivindicar-lo.** Tradução: Felipe Kantor. Disponível em: < <https://lavrpalavra.com/2016/04/06/como-o-feminismo-se-tornou-subalterno-ao-capitalismo-e-como-reivindica-lo/>> Acesso em: 11 de dezembro de 2020.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça:** interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social. v.26, 2014, p. 61-73. MORAES, M. L. Q. **Pós-modernismo, Marxismo e Feminismo.** 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/pos-modernismo-marxismo-e-feminismo/>. Acesso em: 11 de dezembro de 2020. SMITH, S. **As raízes da interseccionalidade.** Tradução: Andrey Santiago. 2018. Disponível em: <<https://traduagindo.wordpress.com/2018/07/24/as-raizes-da-interseccionalidade/>> Acesso em: 11 de dezembro de 2020.